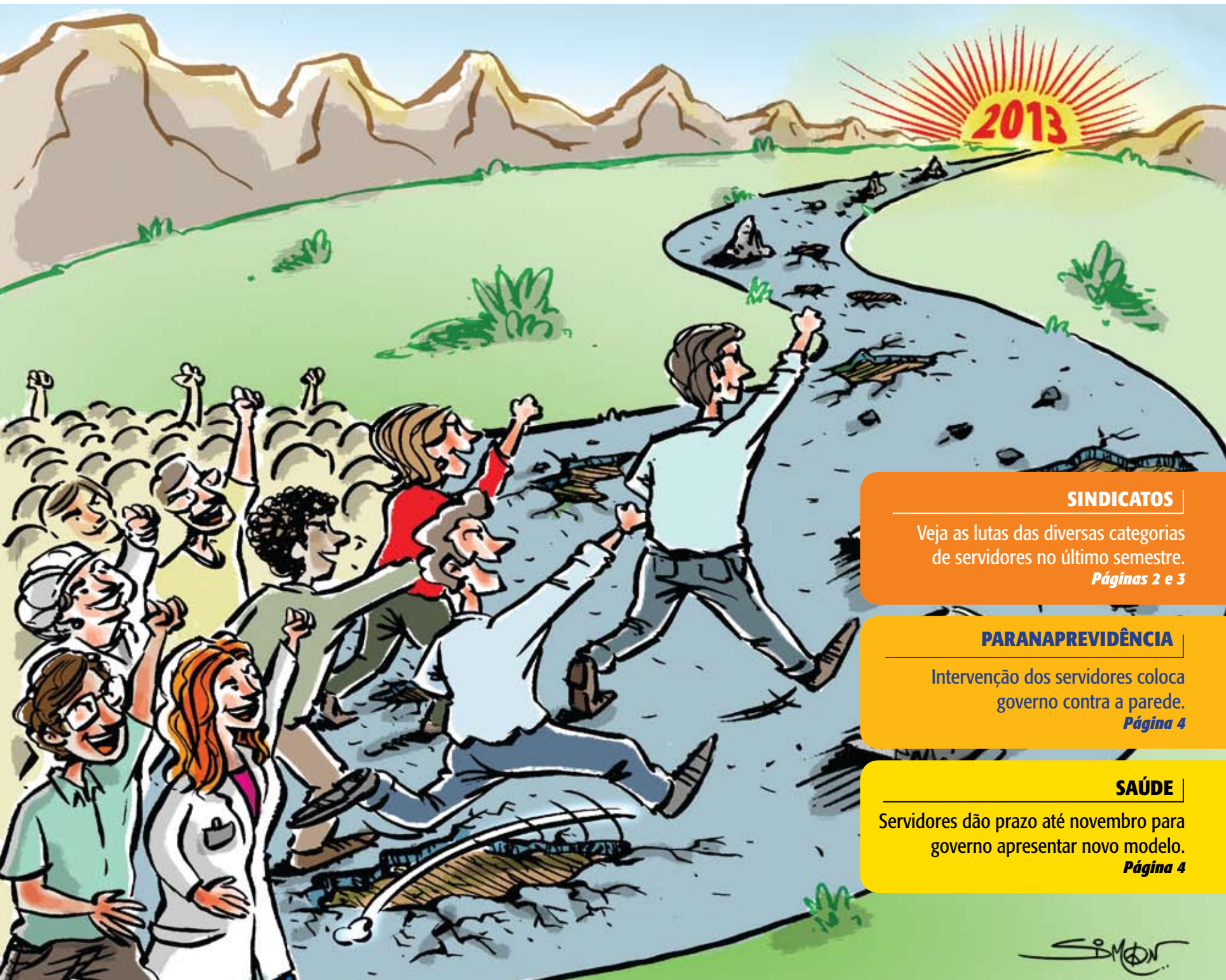


# JORNAL DO FÓRUM

Uma publicação do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais do Paraná - outubro de 2012

## SERVIDORES EM ALERTA



### SINDICATOS

Veja as lutas das diversas categorias de servidores no último semestre.  
*Páginas 2 e 3*

### PARANAPREVIDÊNCIA

Intervenção dos servidores coloca governo contra a parede.  
*Página 4*

### SAÚDE

Servidores dão prazo até novembro para governo apresentar novo modelo.  
*Página 4*

**Dia 23 de outubro:  
Grande mobilização dos servidores no Centro Cívico**

9h – Concentração em frente ao Palácio Iguaçu | 14h – Servidores na Assembleia Legislativa.



## EDITORIAL

Neste mês de outubro, nós, servidores, comemoraremos a data alusiva ao Servidor Público Estadual, no dia 23 de outubro, com uma mobilização em frente ao Palácio Iguazu e também na Assembleia Legislativa. Esse calendário foi debatido na última reunião organizativa do Fórum das Entidades Sindicais (FES) por entendermos a necessidade da retomada das negociações e também a manutenção da organização da luta conjunta dos servidores.

Desde o início do ano temos analisado o processo de fragmentação nas negociações que o governo Beto Richa vem impondo às categorias, o que causa dificuldades nos encaminhamentos da luta geral, mas entendemos a necessidade de cada categoria de servidor avançar na sua pauta.

Outro impacto da conjuntura que trouxe uma série de dificuldades nas negociações foi o alerta emitido pelo Tribunal de Contas do Estado em relação ao atingimento do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O FES diversas vezes mostrou-se contrário ao retorno do Imposto de Renda retido e dos pensionistas como critério de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo foi alertado pelo Fórum que poderíamos chegar a esse caos. Essa atitude do governo junto ao Tribunal gerou a paralisação nas negociações das categorias e do Fórum.

Nossa maior conquista esse ano foi a manutenção da data-base. O governo já dava sinais de "dificuldades" para cumprir a lei da data-base. A pressão e a mobilização dos servidores fizeram com que mantivéssemos esse direito. Porém, ainda falta muito. Pontos importantes e

significativos da pauta de reivindicação precisam avançar.

Ainda não temos a certeza da implantação do Decreto 7774, uma proposta concreta sobre a ParanaPrevidência que contemple nossas proposições e o novo sistema de atendimento à saúde. Há um ano e dez meses que o governo não trouxe proposta concreta. Também tivemos uma baixa recomposição dos servidores via concurso público. Temos ainda a situação dos enquadramentos para resolver, pois os governos criaram essa injustiça entre os servidores.

Em contrapartida a arrecadação do Estado continua em crescimento. Segundo o economista Cid Cordeiro, do Dieese, que assessora o FES, a receita cresceu nos últimos oito meses 12% em relação à arrecadação de 2011, o que possibilita o cumprimento das diversas reivindicações dos servidores.

Também avaliamos que as atuais políticas de terceirização trazem retrocessos e prejuízos para a população, em especial no serviço público estadual. Entendemos que o "projeto" político-administrativo implantado no Paraná avançou na precarização e terceirização do patrimônio e dos serviços públicos, além de ataques às organizações sindicais e aos direitos dos trabalhadores. Ao contrário, os cargos comissionados e gratificados foram beneficiados com "polpudo" reajuste salarial.

Reafirmamos nosso compromisso na defesa dos serviços públicos e dos servidores e de nossas entidades de representação sindical. Vamos continuar mobilizando os servidores e realizando lutas unitárias.

Nossa luta não para!

## Educadores estaduais em estado de greve

Os professores e funcionários de escola da rede estadual estão em estado de greve desde o dia 30 de agosto. Os trabalhadores da educação exigem do governo o avanço no atendimento da pauta de reivindicações, especialmente o pagamento do reajuste salarial para se atingir o piso nacional dos professores (demanda já alcançada) e o envio à Assembleia Legislativa de mensagem do governador atualizando o Plano de Carreira dos Funcionários de Escola, além de implementar as promoções e progressões em atraso.

A decisão foi tomada no dia histórico de luto e luta da educação, que contou com paralisação em todo o Estado e foi confirmada numa nova e concorrida assembleia no dia 18 de setembro.

Para o início de 2013, o indicativo é de greve, caso o governo não cumpra a promessa de fazer os suprimentos das vagas já com um 1/3 de hora-atividade para os professores. Além disto, a categoria mobilizada reafirmou sua disposição pelo enfrentamento permanente pela pauta pedagógica, negando toda forma de desmonte educacional.

Como obstáculos às conquistas estão os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impedem o comprometimento das despesas com pessoal para além do limite prudencial de 46,5% da receita. A APP, contudo, tomou a frente e acompanha a tramitação de uma proposta para que o Tribunal de Contas altere o entendimento da LRF a fim de se



Professores e funcionários de escola em assembleia reafirmam estado de greve

Foto: Adir Nasser Junior

possibilitar maior aplicação de recursos com os trabalhadores.

Uma importante conquista até o momento foi o inédito concurso de remoção para funcionários de escola, que acontece pela primeira vez, agora no mês de novembro, logo depois de, em outubro, haver o concurso de remoção de professores. Ainda em outubro, a categoria vai promover uma Campanha de Valorização Profissional, com debates e

exibição de vídeos para funcionários de escola e professores.

**Concurso** - Os professores aguardam para o final deste ano um novo concurso do magistério, cuja realização deve avançar por 2013. A APP-Sindicato luta para que a prova didática, imposta pela Secretaria e Educação, não tenha caráter eliminatório. A APP já conseguiu que no processo não haja prova psicológica proposta pela Secretaria.

## Saúde em luta: setor essencial do serviço público precisa ter maior atenção

A luta pela jornada de trabalho, quadro próprio da saúde, aposentadoria especial e pagamento da progressão por tempo de serviço tem colocado os servidores da saúde em movimento, resistindo e perseguindo conquistas.

Neste ano, a categoria, organizada por seu sindicato, o SindSaúde, se mobilizou em três datas diferentes para avançar em seus direitos. No dia 27 de março, 19 de abril e 30 de maio, grandes atos foram realizados e a categoria mostrou que quer respeito e direitos ampliados.

No ato do Fórum das Entidades Sindicais (FES), a categoria veio e mostrou sua consciência de classe. Na luta, somos todos servidores e queremos que haja avanço para todo o funcionalismo.

O trabalho de mostrar ao governo nossa pauta, nossa insatisfação com o atual quadro, não para! Em setembro, desde o dia 17, estamos de plantão em frente ao Palácio Iguazu. Sabemos que o sindicato é construído pela categoria, que as conquistas vêm com nossa união e persistência.



Um dos maiores atos da história do SindSaúde foi em 27 de março de 2012

Foto: Raro de Oliveira

## Servidores do Meio Ambiente reivindicam isonomia com a Seab



Manifestação em frente ao IAP, em Curitiba

Foto: Cláudia Moraes

O Sistema Sema (IAP, ITCG e Aguas-Paraná) está em greve pelo reajuste e incorporação da Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEEE). Os servidores da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) já estão recebendo o reajuste da GEEE desde de julho,

implantado pelo decreto 5373, de 23 de julho de 2012. O governo prometeu os mesmos valores para ambas as categorias pela aprovação de um projeto de lei (que ainda não foi enviado à Assembleia) e se nega a fazer para o Sistema Sema um decreto semelhante ao da Seab.



## Universidades estaduais: retrospecto de 2012 e perspectivas para 2013

Há mais de um ano os sindicatos das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES) lutam pela reestruturação dos Planos de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) dos docentes e técnicos.

Em março, os docentes reunidos em assembleia acataram a proposta do governo de reestruturação, que se refletiu em aumento da ordem de 31,74% nos salários base, a ser pago em quatro parcelas anuais no mês de outubro.

Já com relação ao PCCS dos técnicos, além de o governador Beto Richa não cumprir o que ele próprio propõe nas reuniões de negociação, os setores de vigilância patrimonial das universidades estão ameaçados pelo fantasma da terceirização. Esse é o primeiro passo para terceirizar outros setores.

Nos últimos anos, vários servidores se aposentaram, outros faleceram e há ainda os que pediram exoneração. Essas vacâncias ainda estão a descoberto, pois não há liberação para realização de concursos, nem tampouco liberação para se contra-

tarem aqueles que já foram aprovados em concursos realizados anteriormente.

A Universidade Estadual de Maringá sofreu, neste ano, corte de mais de 30% do orçamento, o que representa maior dificuldade em se cumprirem as funções-base da universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além da cultura, prestação de serviços e hospital universitário.

O caos está instalado nas universidades públicas do Estado do Paraná. Os servidores estão cada dia mais sendo vitimados pela inconstância do governo e pelo não-cumprimento daquilo que ele próprio se propõe a realizar.

Apenas como exemplo, a Universidade Estadual de Maringá, mesmo com os problemas que enfrenta, está entre as três universidades paranaenses mais bem classificadas no ranking das universidades brasileiras. Esse desempenho não é valorizado pelo governador Beto Richa!

Neste momento, as IEES do Paraná (Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Cascavel), com exceção da Unicentro, estão



em greve por prazo indeterminado.

Nossa luta é por um Plano de Carreira para Docentes e Técnicos que atenda às nossas necessidades e que não exclua direitos historicamente adquiridos. Nossa luta é contra o “desmonte silencioso” promovido pelo Estado, nas universidades públicas estaduais.

As perspectivas das IEES do Paraná para 2013 são de que os itens ainda pendentes nos PCCS de docentes e técnicos voltem a

entrar nas negociações com o Estado, pelo atendimento às nossas pautas específicas e para que não haja mais cortes nas verbas destinadas às IEES. Continuaremos na luta pelo auxílio-transporte, melhoria no atendimento à saúde do servidor, contra o aumento da contribuição ao ParanaPrevidência, além da elucidação da origem da sua dívida. Lutaremos também por aumento de salários com ganho real e pelo cumprimento da nossa data-base.

## Servidores do Poder Judiciário em busca do Plano de Carreira

Servidores do Poder Judiciário do Paraná estão em luta pela implantação do sonhado Plano de Carreira. Para o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus-PR), esta é a hora de reforçar esta luta que já percorre mais de 20 anos, desde 1988 - e parece que está chegando ao fim. É uma luta que garantirá uma carreira digna aos trabalhadores.

Durante a Campanha do Plano de Carreira, o Sindijus-PR realizou grandes atos de mobilização em todo o Estado. Neste ano, já foram realizados diversos encontros com a categoria, envolvendo mais de 100 comarcas e 1.500 servidores, que tiveram a oportunidade de contribuir com sugestões ao Plano.

Cumprindo objetivo de envolver o maior número possível de servidores, principalmente da Capital, a diretoria do Sindijus-PR realizou em setembro panfletagem e distribuição de materiais em frente do Tribunal de Justiça.

A iniciativa, segundo o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira,



visa alertar e mobilizar os servidores para acompanhar o andamento da negociação do Plano de Carreira.

Os servidores vêm apoiando a mobilização vestindo a camiseta da campanha nos locais de trabalho, mostrando, assim, a importância da união e da pressão para garantir mais uma conquista para a categoria.

Para José Roberto, a participação de todos na mobilização é fundamental, “pois só juntos teremos forças para seguir em frente na luta pelos direitos dos servidores do Judiciário paranaense”.

## Agentes penitenciários firmes da defesa da escala

A luta do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) pela categoria teve como grande conquista nos últimos anos o atual regime de trabalho, da escala 24x48 por 12x60.

A categoria tem resistido às investidas do Departamento de Execução Penal (Depen) para a mudança de escala dos trabalhadores penitenciários. A categoria entende que a escala é elemento fundamental na qualidade de vida do trabalhador e não é passível de negociação. A escala é menos estressante, proporciona mais vida social fora do presídio e é mais salubre em

relações às demais já experimentadas.

Outra conquista do Sindarspen foi a realização, em setembro da primeira Audiência Pública do Sistema Prisional do Paraná, para discutir, entre outros assuntos, a superlotação, alimentação e escala de serviço.

Outras reivindicações da categoria incluem progressão por quinquênio (decreto 7774/2010), reajuste de 14,89% no adicional de atividade penitenciária; Plano de Cargos, Carreira e Salários; combate à superlotação e à precarização do sistema prisional, concurso público para a contratação de agentes penitenciários.

## Escrivães de polícia na luta pela reposição dos quadros

Escrivães de polícia do Paraná, mobilizados por seu sindicato, o Sindespól, estão em estado de alerta, pedindo urgência na contratação de novos servidores para a carreira. O quadro atual do Escrivato Policial no Estado é de 668 membros. Em 1982, já se pedia que o quadro fosse elevado para 800 escrivães em face do contexto do crime da época. O número não só não foi suprido até hoje, como é ainda menor, mesmo com o alarmante índice de criminalidade e violência dos nossos dias.

Os escrivães hoje padecem de graves doenças por ultrapassarem suas 40 horas semanais de trabalho entre expedientes, plantões e prontidões, além de estarem de sobreaviso nos 365 dias do ano. Isto significa que, hoje, de um escrivão exige-se o trabalho que deveria ser regularmente feito por 10 profissionais. O resultado são pilhas e pilhas de inquéritos parados em todas as delegacias do Estado, sem que se possa dar conta do alto volume de encargos.

Diante deste quadro, os escrivães de polícia do Paraná reivindicam:

a) Contratação urgente de 2.500 escrivães de polícia, com critério a ser discutido em negociação entre o governo e a categoria, para dar um basta na substituição da eficiência profissional pelas soluções baratas, como o uso indiscriminado de estagiários, servidores cedidos de Prefeituras e escrivães *ad hoc*.

b) Urgência na concessão de promoções a todos os que têm direito e o estabelecimento de critérios objetivos e aplicação automática a cada cinco anos para as futuras promoções.

c) Implantação da exigência específica de formação jurídica para o cargo de escrivão de polícia nos próximos concursos, em razão da especificidade técnica do cargo, da atribuição regulamentar e do perfil profissiográfico para o exercício da função, conforme conclusão do Fórum Permanente dos Juizes Criminais do Estado do Paraná.

## Investigadores na luta pela consolidação do subsídio

O Sindicato dos Investigadores de Polícia do Paraná (Sipol) prossegue firme na luta por melhores condições de trabalho e pela valorização salarial da categoria. No campo da luta salarial, a grande conquista foi a implantação da remuneração dos policiais civis como subsídio (Lei 17170/2012), fruto de intensa luta com outras entidades dos servidores da área da segurança e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Com a implantação do subsídio, as correções de algumas injustiças salariais estão apenas começando. A categoria dos investigadores exige agora o enquadramento

dos aposentados na nova lei, demanda que encontra obstáculo na ParanaPrevidência, que não está encaminhando tal regularização e não aponta soluções para os casos do auxílio invalidez. Também devido à nova regra, os investigadores estão buscando alguns direitos como indenizações por horas extras, alimentação e ajudas de custo que não são mais pagas.

O investigador de polícia tem sido vítima constante da falta de pessoal, diante do aumento dos delitos. Some-se a isto o recorrente desvio de função, que leva investigadores a assumir funções de carcereiro.



## FES dá prazo final para governo apresentar novo modelo de saúde

O Fórum das Entidades Sindicais (FES), por meio da sua Comissão de Saúde, continuou no primeiro semestre a série de reuniões com o Departamento de Assistência à Saúde (DAS), para tratar do novo modelo de saúde para o conjunto dos servidores. Apesar do esforço de negociação, o governo ainda não apresentou por escrito a proposta.

Segundo as linhas gerais descritas pelo governo, haverá um seguro saúde de modelagem mista, no qual uma seguradora privada viabilizará o atendimento intra-hospitalar (parte mais cara do plano), enquanto o atendimento básico (consultas e exames) será oferecido na maioria dos municípios do Estado, por meio de convênio do próprio Estado, com prestadores de serviços.

Ainda de acordo com a proposta sinalizada, haveria um Fundo de Saúde, com contribuição paritária entre governo e servidores (que vão ter a opção de aderir ou não ao novo modelo).

Os gastos dos servidores na manutenção do sistema poderão ser deduzidos integralmente no Imposto de Renda. Ainda não foram feitos os cálculos atuariais sobre o custeio do novo sistema, mas, segundo o governo, uma empresa foi contratada com este propósito no mês de setembro.

**Posição do FES** - Os sindicatos que compõem o FES não têm uma posição de consenso sobre a coparticipação dos servidores. Defendemos a gestão paritária do novo sistema, por meio de um Conselho Deliberativo, que faça parte da gestão e da fiscalização do Fundo de Saúde. Defendemos ainda a inclusão de todos os trabalhadores temporários (PSS) no novo sistema.

O FES defende como princípios para a constituição do novo modelo a descentralização, pagamento por procedimentos realizados e gestão paritária; Conforme o Sistema de Seguridade Funcional do Estado (Lei 12.398/98), para a constituição de um fundo de saúde, a contribuição do governo deverá ser sobre 2% da Folha de pagamento dos servidores, o que atingiria mais de R\$ 190 milhões/ano; hoje,

contudo o governo investe no SAS em torno de R\$120 milhões/ano.

**Prazo final** - Em reunião do governo com a Comissão de Saúde do FES que será realizada no dia 9 de outubro, será apresentada a proposta de gestão para o novo modelo de saúde, baseado no anteprojeto de lei IPEsaúde, conforme proposta de 2003. Esperamos debater nesta reunião também os cálculos atuariais referentes ao valor de custeio do sistema, bem como o valor do investimento do governo para o Fundo de Saúde.

O governo constituiu um grupo interno de trabalho para finalizar a proposta. O FES defende um prazo até no máximo novembro deste ano para encerramento das negociações e finalização da proposta, que será submetida à aprovação do conjunto dos servidores.

### FES negocia política de saúde do trabalhador

A Comissão de Saúde do FES também está negociando uma política de promoção e prevenção da saúde do conjunto dos servidores. De um lado, os servidores sustentam seu anteprojeto de lei Saúde do Trabalhador, apresentado formalmente no final junho, ao passo que o governo tem como base para a negociação seu Programa de Diretrizes de Saúde Ocupacional (PDSO).

O projeto do FES é mais abrangente, tem uma visão do trabalhador como ativo e participativo na gestão e da organização do trabalho e vai além da saúde ocupacional do governo, ao apontar os problemas, mas também soluções para os problemas de saúde no ambiente de trabalho. As negociações técnicas, que se iniciaram com a apresentação da proposta dos servidores, prosseguem.

## ParanaPrevidência: intervenção do FES repercute



Discussão entre membros do FES e direção da ParanaPrevidência

O movimento sindical dos servidores estaduais, por meio do Fórum das Entidades Sindicais (FES), participou do procedimento instaurado em 2011 pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência (Seap) para a renovação da representação dos servidores junto aos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência, ocasião em que foram eleitos os representantes indicados pelo Sinteemar, APP-Sindicato, Sindijus, SindiSeab e Sindisec.

Tendo em vista a experiência anterior, ficou acertado que o FES monitoraria, daria suporte técnico e político para uma consequente atuação dos representantes dos servidores junto à ParanaPrevidência. E isso foi e está sendo feito.

Para tanto, houve a contratação de empresa de assessoria econômica, contábil e atuarial para elaboração de diagnóstico e apresentação de relatório técnico revelando a "fotografia" da gestão do sistema previdenciário estadual. As conclusões e os subsídios técnicos possibilitaram que o FES impedisse a pretensão do governo anterior (Orlando Pessuti) da votação de uma nova lei que prejudicaria os direitos dos servidores. A iniciativa daquele governo previa aumento da alíquota de contribuição para os servidores ativos e possibilitava a reinstauração da cobrança de contribuição para os aposentados e pensionistas.

Os subsídios técnicos da consultoria/assessoria ainda permitiram que o movimento sindical colocasse o governo estadual e a gestão estatal previdenciária "na parede". Pela primeira vez houve ampla divulgação do "rombo" existente à época (2010), que ultrapassava a R\$ 3 bilhões, resultante da omissão do Estado em repassar os recursos devidos à ParanaPrevidência - valor que atualmente ultrapassa os R\$ 8 bilhões. Da mesma forma, o documento apontou as principais deficiências e soluções para o sistema previdenciário. O próprio Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa e o Poder Executivo/Seap, além da própria ParanaPrevidência, passaram a utilizar nossos fundamentos e argumentos para justificar a necessidade de atualização da legislação previdenciária.

Por outro lado, a nossa representação nos conselhos de Administração e Fiscal - capacitada e politicamente comprometida com os interesses dos servidores - passou a incluir na agenda de discussão as propostas históricas do FES. Assim, está em debate a necessidade de auditoria no sistema previdenciário, que está sendo implantada na Assembleia Legislativa

conforme relatório já repassado ao movimento sindical, no qual se verificam inúmeras irregularidades e ilegalidades, o que importará na intervenção dos órgãos de controle, entre os quais o Ministério Público e Tribunal de Contas.

Colocamos na agenda de discussão a necessidade de ampliação de direitos previdenciários, como ficou demonstrado nos debates que têm ocorrido no Conselho de Administração sobre o direito de aposentadoria especial e sobre o cumprimento da Emenda Constitucional 70 - questões que estão sendo implementadas com ganhos econômicos significativos aos aposentados e pensionistas beneficiados. Destaque-se também a discussão franca e aberta que fazem o movimento sindical e autoridades gestoras do sistema de previdência, inclusive com a realização de eventos técnicos e acompanhamento pelos dirigentes das reuniões dos colegiados previdenciários.

**Postura** - A nova postura do FES consiste em vincular, monitorar, capacitar e legitimar a atuação da representação dos servidores junto aos Conselhos - impondo-lhes conduta intransigente na defesa dos interesses e direitos dos servidores e da melhoria da gestão pública. Apesar disso, ainda há um longo caminho a ser percorrido, já que o governo do Paraná insiste na sua pretensão de solução simplista e equivocada de extinguir e/ou minimizar o déficit da ParanaPrevidência impondo e repassando aos servidores a sua responsabilidade através do aumento da alíquota de contribuição e reinstauração da cobrança aos aposentados e pensionistas. O FES não permitirá que esta redução salarial por via oblíqua se efetive.

Reafirmamos que é necessária uma ampla, consequente e eficaz auditoria no sistema de previdência visando apurar e extirpar as irregularidades e ilegalidades, a exemplo do que ocorreu na Assembleia Legislativa. Da mesma forma, o FES lutará para que o governo estadual quite seu débito com a ParanaPrevidência, atualmente de mais de R\$ 8 bilhões.

Portanto, antes de qualquer discussão sobre taxaço dos aposentados e pensionistas e do aumento da contribuição dos servidores da ativa, é preciso "passar a limpo" a ParanaPrevidência.

Não resta outra trilha aos servidores, movimento sindical e ao FES do que continuar lutando e pugnando pela instituição de um sistema público de previdência que seja transparente, eficiente, justo e que atenda aos interesses e direitos dos servidores do Paraná, garantindo-se a paritária, ampla e massiva participação dos servidores.



Reunião em junho, na qual linhas gerais do modelo foram apresentadas